

As medidas mostram coerência

Eugênio Staub, presidente da Gradiente: "As medidas econômicas anunciadas ontem pelo governo coincidem totalmente com o discurso da Nova República. O 'pacote' é coerente no aspecto tributário, porque vai de encontro com a mensagem de justiça fiscal pregada pelo atual governo; é coerente porque tributa as operações financeiras, de conotações especulativas, incentivando desta forma os investimentos produtivos, que é o que o País mais precisa no momento; é coerente também politicamente, porque passou pela aprovação e pela análise do Legislativo, coisa que não acontecia nos governos anteriores e, por fim, é coerente também porque, além de pedir mais sacrifícios ao setor privado, o governo se compromete também a gastar menos, através dos cortes que serão executados na máquina governamental e a privatizar e democratizar o setor estatal. Este 'pacote' vem confirmar que, com a entrada de Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, nós só temos visto ações que correspondem com o discurso político da Nova República".

Atos vão gerar mais inflação

Augusto da Costa Ávila, diretor-superintendente da Indústria Cerâmica do Paraná S. A. (Incepa): "Não dá para ver com bons olhos um pacote como este. Mais uma vez, o governo demonstrou que não tem vontade ou base política para conter os excessos nos seus gastos. O pacote é altamente inflacionário porque, como sempre, o governo se preocupou em criar receita sem cortar as despesas que são responsáveis pelo déficit público. Os cortes anunciados para as estatais são irrisórios e não resolvem. Os cerca de Cr\$ 60 trilhões de aumento de receita previsto pelo pacote sairão do giro da economia afetando as empresas. Mais uma vez transfere-se para a sociedade a responsabilidade de debelar a crise, através do aumento da carga de impostos suplementares das empresas. Deverá ser repassado aos custos finais dos produtos a nível de consumidor. Outra coisa que provocou suspeita nesse pacote: a mudança de última hora na correção de va-

lores para que o índice de inflação não explodisse em dezembro. Na primeira vez que o índice inflacionário explodiu na Nova República caiu o ministro da Fazenda. Agora caiu o índice".

País parece estar no rumo certo

Raul Randon, presidente da Randon S.A.: "Ainda não tomamos pleno conhecimento de todas as alterações anunciadas na área tributária, mas é certo que elas vêm para nos tirar mais dinheiro. Esperamos é que realmente tirem mais de que tem mais, e vamos trabalhar com maior afinco para contribuir com a nossa parte. Na verdade, o governo até agora vem fazendo um bom trabalho e acreditamos que, se continuar assim, o País vai deslanchar. Já há mais emprego, o trabalhador está ganhando melhor, parece que a Nação está no rumo certo. O que falta agora é o governo adotar medidas eficazes de contenção de despesa pública".

Maurício Hasenclever, presidente da Cia. Ações Especiais Itabira (Acésita): "O governo procurou ajustar suas necessidades àquilo que a sociedade brasileira é capaz de gerar em recursos tributários. Foi uma medida saudável, e o mais importante é que o processo de ajuste não resultará em prejuízos para o crescimento econômico. A oferta de emprego continuará a avançar. Agora é hora de todos trabalharem mais e gastarem menos".

Cupons de leite, a questão

César Maia, secretário da Fazenda do Rio de Janeiro: "Eu gostei do pacote de uma forma geral, especialmente na parte tributária. Houve realmente uma preocupação em favor de uma redistribuição de renda, especialmente com as novas alíquotas do Imposto de Renda. Aprovo também a taxação dos mercados especulativos nas bolsas de valores, porque a especulação atingiu níveis exagerados. Eu faço apenas três restrições: uma é quanto à criação de cupons para distribuição de leite. Esses cupons em breve se transformarão em dinheiro, como já ocorre com os tickets de refeição. O ideal seria que o governo transferisse aos estados e municípios a dis-

tribuição de leite, o que evita esses problemas. Outra restrição que faço é que gostaria que eles tivessem tratado os estados e municípios da mesma forma que cuidaram do Tesouro Nacional. Nós teremos um acréscimo infimo de receita com a reforma tributária, enquanto a União terá um aumento substancial da sua receita. Acho também que a mudança no cálculo de correção monetária com efeito retroativo criou incertezas no mercado".

Incentivo à aplicação produtiva

Roberto Caiuby Vidigal, presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (ABDIB): "O empresário, de uma forma geral, está disposto a fazer o sacrifício de ter uma maior incidência de tributos sobre suas empresas, desde que o governo realmente cumpra suas promessas de redução nos gastos públicos e de desestatização de algumas empresas. Até hoje, apesar dos vários anúncios anteriores de privatização, o setor privado não viu nada de concreto. Só tem ficado na intenção as promessas de desestatização. Acredito que a taxa-ção das aplicações no over e dos títulos pós-fixados provocará um efeito a longo prazo, na medida em que, ao desestimular o capital especulativo, incentivará os investimentos do setor produtivo da economia. As medidas de caráter social só merecem o elogio do empresariado em geral".

Governo só solucionou seu problema

Stefan Bogdan Salej, vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee): "Como empresário, me sinto frustrado pela reedição dos pacotes. Nossa expectativa era de que o governo adotasse uma postura de discutir um programa de longo prazo com o segmento produtivo. Os pacotes são medidas intermediárias para soluções intermediárias. A decisão de se instituir o Imposto de Renda semestral para as empresas mais lucrativas vai penalizar a atividade produtiva e gerará maior demanda por crédito. O governo quis resolver apenas o seu problema. Será ainda difícil manter o crescimento econômico penalizando as empresas".

Apoio ao transporte entusiasmo

Hans Schluepmann, diretor comercial da Saab Scania do Brasil: "Recebo com entusiasmo para o mercado de ônibus urbanos a decisão do governo de destinar Cr\$ 3,3 trilhões para a melhoria do transporte urbano de massa. É bom sempre lembrar que a nossa frota atual está demais envelhecida. A medida é mesmo salutar e podemos prever que boa parte da verba será direcionada para a indústria como um todo. Também é a oportunidade de delinear novas perspectivas de colocar no mercado ônibus mais novos e modernos. Quanto à isenção do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário (ISTR) quando o condutor for caminhoneiro autônomo, não vejo como pressionar mais a demanda de caminhões. Mas vejo com bons olhos a redução da alíquota de Imposto de Renda sobre os rendimentos do trabalho do caminhoneiro autônomo, porque isso dá condição de ele se reequipar. Infelizmente, temos visto uma redução na categoria dos autônomos".



Horácio Cherkassky

Repasar os custos nos preços

Horácio Cherkassky, diretor da Indústria Klabin de Papel e Celulose S.A. (IKPC): "O governo parece estar no caminho certo, no que se refere às medidas relativas à contenção dos gastos públicos. Ele está procurando reduzir os impactos negativos dos déficits das estatais. No que se refere às medidas fiscais, considero que a taxação semestral do Imposto de Renda vai diminuir a lucratividade das empresas. O que parece fundamental é que, quando se estabelecem no-

vas formas de recolhimento de impostos, seja permitido o repasse (desse novo custo) a nível dos preços dos produtos fabricados. Quanto às alterações no Imposto de Renda das pessoas físicas, acho que a decisão de estender o pagamento de parte do valor arrecadado representa, na prática, a criação de um empréstimo compulsório. É uma forma indireta de você aumentar a taxa-ção sobre o efetivamente recebido.

Crescimento econômico mais lento

Antônio Carlos Castrucci, presidente do Digibanco: "De alguma maneira, o governo, de agora em diante, deve promover um crescimento econômico mais lento, o que poderá, a médio prazo, comprometer os resultados das empresas. Já a decisão de mudar novamente o cálculo da correção monetária deve, a curto prazo, diminuir o interesse por aplicações pós-fixadas. Entretanto, esse interesse deve diminuir conforme o novo índice seja absorvido pelo mercado".

Governo deve inibir sonegação

Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP): "É a última vez que aceito o aumento do Imposto de Renda na esperança de que o governo realmente combata o déficit público. Poderá não valer nada o meu protesto, mas mesmo assim protestarei com a devida energia, se voz tiver na época que aquilo vier a ocorrer. Admito, como grande contribuinte, pagar mais tributo, mas não admito que outros não paguem imposto, que sonegam e que muitas vezes estão até insentos de tributação. O governo deveria é aumentar a fiscalização, inibindo a sonegação de tributo. Aumentar a alíquota é muito fácil, quero ver é ampliar a massa de contribuintes. Não darei voto favorável no Conselho Monetário Nacional (CMN), se vier uma nova carga tributária via Conselho. Me preocupam ainda duas medidas: a antecipação do IPI para os setores de cigarros e indústria automobilística, e a antecipação do IR na pessoa jurídica. Elas irão afetar o de-

sempenho destes segmentos. A redução do prazo de recolhimento do IPI para a indústria de cigarros de trinta para vinte dias no interestadual, e no local de quinze para dez dias, em muito afetará a saúde do setor. Os custos de produção serão onerados, porque as empresas deixarão de receber renda financeira, ou porque terão de buscar recursos antes, e nas duas formas há o encarecimento. A outra medida passível de uma análise mais detalhada é a antecipação do IR na pessoa jurídica, entre aquelas empresas com lucro superior a Cr\$ 3 bilhões, o equivalente a 40 mil ORTN. O correto seria um limite de no mínimo 100 mil ORTN. Esta medida irá afetar o nível de investimentos das pequenas e médias empresas que estarão enquadradas".

Não se pode aplaudir ou condenar

Amáury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil: "Não se pode aplaudir ou condenar o pacote econômico como um todo, porque a proposta de excluir certas faixas da tributação do IR é originária do César Rogério Valente, do Rio Grande do Sul. Mas somos contrários ao aumento da carga tributária, porque assim continuamos com a drenagem de recursos do setor privado para o setor público. Como o atual governo já demonstrou que é sensível a pressões e contrapressões, devemos ensiná-lo a economizar. Não podemos confiar em argumentos falaciosos, porque a questão reside na diferença entre carga tributária líquida e carga tributária bruta. O governo arrecadará Cr\$ 28 trilhões com o pacote, mas terá déficit de Cr\$ 240 trilhões. Resta perguntar: quem novamente pagará a conta?"

Gastos serão menores e melhores

Ronaldo Costa Couto, ministro do Interior: "O governo gasta muito e mal. Agora vai gastar menos e melhor. Já era hora de o governo reduzir sua presença na vida nacional. Com a economia que será feita no setor público, o governo poderá direcionar seus planos para as prioridades sociais que foram anunciadas pelo presidente Sarney".

A produção não será suficiente

José Carlos Gomes de Carvalho, presidente da Associação Brasileira de Revendedores de Veículos (Abrave): "Depois de dois anos de recessão, é natural que uma diminuição nos valores recolhidos pelas pessoas físicas ao Imposto de Renda vá produzir um aumento de demanda de bens. As pessoas tenderão a trocar a geladeira que já está velha, a comprar uma televisão para colocar no quarto do filho. Isto é uma forma de gratificar-se. Com os automóveis, especificamente, este aumento real de ganho salarial não deverá produzir um 'plus', porque as montadoras estão ocupando toda a sua capacidade e refletindo muito para fazer novos investimentos".

As taxas de juros aumentarão

João Hering, vice-presidente da companhia Hering, de Blumenau (SC): "Enquanto o governo não controlar, com vontade, o déficit público, todas as medidas de cunho fiscal, terão efeito negativo sobre as empresas privadas. Acho que o pacote fiscal que prevê uma maior taxa-ção do Open, provocará um aumento de taxas de juros, uma vez que o governo busca nesse tipo de operação grande soma de recursos para financiar seu déficit".

Abel Carparelli, presidente da Shell do Brasil S.A.: "Os cortes nas despesas do governo não parecem significativos diante da magnitude da arrecadação adicional. Tomara que o esforço e a determinação — visíveis no novo governo, de se auto disciplinar e reduzir os gastos — produzam, pelo menos, o resultado que está sendo prometido. Terá sido um bom começo".

No atacado, ação está correta

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, vice-presidente da FIESP: "No atacado, as medidas adotadas ontem pelo governo estão totalmente corretas e foram necessárias para se atingir

a meta de baixar a inflação e prosseguir com o desenvolvimento econômico do País. O empresariado em geral poderá divergir deste ou daquele ponto, mas é preciso reconhecer que não havia outra alternativa. Aliás, precisamos elogiar também a maneira como as medidas foram adotadas: de forma democrática, passando pelo Congresso Nacional, o que demonstra que alguns postulados da Nova República estão sendo seguidos".

Salário não deveria ser tributado

Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e coordenador da Conclat: "Em uma análise superficial, feita à primeira vista, nos parece que, embora o governo tenha a intenção de minorar sofrimentos e ajudar a vencer a inflação, alguns aspectos do novo pacote econômico preocupam. A nova legislação do Imposto de Renda, por exemplo. O governo pensa que é assalariado apenas quem ganha até cinco salários mínimos. A isenção deveria ir além. Salário não é renda. É um absurdo cobrar Imposto de Renda sobre os salários. Devem ser taxados outros lucros como as transações imobiliárias e grandes investimentos em papéis, em vez de tributar os assalariados que recebem acima de cinco mínimos. A aplicação do INPC ampliado parece ser simpática e benéfica. Mas precisamos ver se a longo prazo, as medidas são válidas. O combate às mordomias também é sempre bem visto.

Decisões são boas para os carreteiros

Justo José Mascarenhas, presidente da Associação dos Carreteiros Transportadores de Veículos (ACTV): "Ótima a ISTR para os transportadores individuais. Só tem um detalhe: quem paga e recolhe este imposto são as empresas transportadoras que nos contratam. Só recolhemos no retorno de outros estados para São Paulo, quando contratamos a carga diretamente com o interessado. Em relação à redução de 1,5% para 1% na alíquota do Imposto de Renda sobre os rendimentos dos transportadores individuais, também gostamos, evidentemente".